

## **SELEÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO PELO PROFESSOR: possibilidades e critérios**

**Fernanda Mesquita da Silva**

Universidade Federal de Catalão

E-mail: fernanda19mesquita@hotmail.com

**Maria Aparecida Lopes Rossi**

Professora da Universidade Federal de Catalão

E-mail: picidarossi@hotmail.com

### **Resumo**

O artigo que apresentamos é parte integrante da pesquisa de mestrado intitulada “A influência do livro didático nas práticas pedagógicas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental”. A partir do momento que o Livro Didático foi inserido de forma permanente no ensino brasileiro, iniciaram-se também pesquisas que tentam identificar e compreender esse material e seu uso na prática escolar. Assim, propomos analisar a relação que o professor estabelece com o LDP, principalmente no que se refere à sua seleção. Para tanto, foram realizadas observações durante as aulas de Língua portuguesa e entrevistas semiestruturadas com professoras do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I. Percebemos que o docente possui uma liberdade relativa na escolha do material, visto que o MEC realiza uma pré-seleção dos LDPs que chegam às escolas. Ou seja, o universo de livros à disposição do estabelecimento de ensino já vem reduzido e os professores ainda têm que optar por três LDPs, para que um deles chegue à instituição. Portanto, o que ocorre é que a seleção dos livros é feita inicialmente pelo governo federal. Neste sentido, o docente acaba sendo tolhido e limitado no processo de escolha do material que usará na sua prática.

**Palavras-chave:** Livro Didático. Língua Portuguesa. Processo de seleção.

## **SELECTION OF TEACHING BOOK BY TEACHER: possibilities and criterion.**

### **Abstract**

The article that we have presented is an integral part of the master's research entitled “The influence of textbooks on the pedagogical practices of teachers in the early years of elementary school”. Starting from the moment that the Didactic Book was permanently inserted in Brazilian education, researches was also initiated to try to identify and understand this material and its use in school practice. Thus, we propose to analyze the relationship that the teacher establishes with the LDP, mainly with regard to his selection. To this end, during Portuguese language classes and semi-structured interviews with teachers from the 4th and 5th grades of Elementary School we made some observations. We realized that the teacher has a relative freedom in the choice of material, since the MEC pre-selects the LDPs that arrive at schools. In other words, the universe of books available to the educational establishment is already reduced and teachers still have to choose three LDPs, so that one of them reaches the institution. Therefore, what happens is that the selection of books is made initially by the federal

government. In this sense, the teacher ends up being restricted and limited in the process of choosing the material he will use in his practice.

**Keywords:** Textbook. Portuguese language. Selection process

## **Introdução**

O Livro Didático de Língua Portuguesa, doravante LDP, vem sendo discutido por vários autores como um dos principais instrumentos de ensino que o professor faz uso em sua prática pedagógica. Diante de tal discussão, buscamos entender, assim com Mendonça (2005), como o livro didático é selecionado e utilizado pelo docente.

No âmbito deste artigo, buscamos problematizar a forma como o livro é selecionado nas escolas, procurando entender qual a autonomia do professor nessa seleção. Os dados aqui discutidos fazem parte de uma pesquisa que vem sendo realizada com o objetivo de perceber qual a compreensão que o professor tem hoje sobre o papel dos LDPs na construção de suas práticas pedagógicas. A partir da metodologia adotada, optamos em trabalhar como método de coleta de dados, entrevista e observações, com quatro professores de turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I.

Para iniciarmos a discussão devemos pensar que a escola é um lugar para a aquisição de conhecimentos, onde se dá o processo ensino-aprendizagem. Sendo assim, a sala de aula se torna um espaço de convivência entre professor e aluno, repleto de significações formadas coletivamente. Por isso, a necessidade de o professor trabalhar com uma diversidade de material pedagógico, incluindo-se aí o LDP, como instrumentos de apoio, a fim de que o ensino ocorra de forma significativa.

Como afirma Bunzen (2009), o caderno escolar e o LDP se tornam ferramentas para essa relação. Nesse sentido, é importante compreendermos como ocorre o processo de seleção do LDP que será adotado pelo professor, visto que este acaba sendo um instrumento fornecido para consumo no cotidiano escolar por professores e alunos e que é problematizado em vários estudos como sendo o norteador da prática do professor. Para alguns autores, nesse caso o professor é visto como mero transmissor da proposta do LDP. É o caso de Suassuna (2002) *apud* Bunzen (2009) que nos afirma que:

O professor não é autor da aula, primeiramente, porque o *como* não cabe a ele e sim ao autor do LD, ou seja, é esse que articula discursos e os entrega ao professor, mero repassador do já-dito e já-articulado. Em segundo lugar, pensando o professor como leitor tomando a concepção de leitura de Possenti (2001), verifica-se que o professor não é sujeito que desmonta os textos para ver como eles são construídos, verificando a relação entre sua

construção e os efeitos de sentido que produzem. [...] (SUASSUNA, 2002, p. 10).

Podemos perceber que nesta perspectiva o professor é entendido como aquele que apenas repassa o conteúdo que está escrito e finalizado, visto que as atividades contidas nesse material são trabalhadas sem alterações, talvez, para que não haja esforços em realizar planejamentos ou até mesmo necessidade de se pensar em um currículo disciplinar diferente do que está sendo ofertado no LDP. Nesse sentido, há a compreensão de que basta que o professor saiba o que está escrito para que possa aplicar o conteúdo e desenvolver as atividades que foram planejadas por outros profissionais, neste caso, os autores dos LDPs.

Já outros estudos apontam a relação do professor com o livro didático como sendo este o mediador entre o autor do LDP e os seus alunos. Como por exemplo, Kleiman (1992) *apud* Bunzen (2009), que discute o ensino tanto com enfoque no livro didático como o ensino com enfoque no professor. No primeiro caso a autora diz que o LDP já determina o quê e como o tópico será trabalhado, sendo assim o docente opta pela explicação do material e não pela sua própria explicação. Neste caso, como afirma Bunzen (2009, p. 130), “O professor funciona então como um “mediador para um participante ausente”, ou seja, o(s) autor (es) do LDP”.

Na outra perspectiva, Kleiman (1992) ressalta que há professores que ‘fogem’ das atividades propostas pelo LDP e procuram buscar novas metodologias. As aulas são centradas no professor, pois não existe a mediação do professor com o livro didático, sendo assim o processo ensino aprendizagem ocorre na relação entre professor/aluno.

Assim podemos perceber que alguns trabalhos mostram que o livro didático surge como um apoio para a prática do professor, enquanto outros discutem outro tipo de relação, na qual o docente se torna um indivíduo incapaz de ministrar e planejar sua própria aula, tornando-se assim um reproduzidor do LDP. Entender melhor esta relação passa pela compreensão da autonomia do professor no processo de seleção do LDP, já que ao selecionar um determinado livro entre várias opções, o professor já demonstra assumir uma postura crítica diante do material disponível.

### **Percurso metodológico**

Para perceber como acontece o processo de seleção do LDP no qual irá se ancorar a prática do professor, foi realizada uma investigação de caráter qualitativo, também chamada

de pesquisa naturalística, visto que os problemas são estudados no espaço em que ocorrem, sem manipulação intencional do pesquisado (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Esses mesmos autores afirmam que esse tipo de pesquisa tem como fonte de dados, o ambiente natural em que se desenvolve e, como principal instrumento, o próprio pesquisador.

Neste trabalho tal abordagem de pesquisa foi fundamental, pois, ao buscar compreender os processos que envolvem atividades humanas no ambiente em que ocorrem, ou seja, no cotidiano da escola, podemos tentar entender, de forma reflexiva e crítica, os fazeres da prática pedagógica.

Dentro da pesquisa qualitativa, existem várias abordagens como, por exemplo, a de caráter etnográfico, por fazer uso de técnicas utilizadas na etnografia, como a entrevista e a observação. Para Bortoni-Ricardo (2005):

O objetivo da pesquisa etnográfica de sala de aula é o desvelamento do que está dentro da ‘caixa preta’ na rotina dos ambientes escolares, identificando processos que, por serem rotineiros, tornam-se ‘invisíveis’ para os atores que deles participam. Dito em outras palavras, os atores acostumam-se tanto às suas rotinas que têm dificuldade de perceber os padrões estruturais sobre os quais essas rotinas e práticas se assentam ou – o que é mais sério – têm dificuldade de identificar os significados dessas rotinas e a forma como se encaixam, em uma matriz social mais ampla, matriz esta que as condiciona, mas é também por elas condicionada. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 237).

Assim, o etnógrafo encontra possibilidades de interpretações da vida cotidiana, compreendendo e dando significados variados às ações atribuídas pelo pesquisado dentro da realidade de um determinado grupo. Ou seja, “a etnografia é a tentativa de descrição da cultura” (ANDRÉ, 1995, p. 18).

Optamos, portanto, em trabalhar com a pesquisa qualitativa de caráter etnográfico por perceber que está nos permite estudar os processos que envolvem a investigação e não apenas o produto final, uma vez que entendemos como Bortoni-Ricardo (2005):

[...] Na pesquisa etnográfica, não há uma divisão rígida entre a fase inicial de observação para coleta de dados e a fase de análise. A pesquisa tem sempre caráter interpretativo e se inicia com algumas perguntas exploratórias, postuladas com base na leitura da literatura especializada, na experiência de vida e no senso comum do pesquisador. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 237).

Nesse tipo de pesquisa mantém-se contato direto e prolongado do pesquisador com a situação e o pesquisado, o que nos permite reconstruir processos e ações que configuram a rotina do fazer pedagógico, identificando os modos de organização e a relação que se constitui no processo de interação professor-aluno em sala de aula.

Wolcott (1975) *apud* Lüdke e André (1986) afirma que neste tipo de pesquisa, o pesquisador deve realizar o seu trabalho de campo pessoalmente, o qual precisa durar um ano ou mais, para que assim dê tempo de conhecer e entender os costumes, as regras e a cultura que aquele determinado grupo está inserido.

Para a coleta de dados foram utilizadas principalmente entrevistas com os professores participantes, vez que esta nos permite entender o modo como cada sujeito compreende a realidade que o cerca, além de possibilitar:

[...] a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Foram realizadas cinco entrevistas, sendo uma ‘entrevista piloto’, com professores da rede municipal e estadual de ensino do município de Catalão - Goiás. Apesar de oferecer um roteiro pré-estabelecido, procuramos realizar um diálogo aberto, com o intuito de dar voz ao professor referente às questões que, de uma maneira ou outra, não foram abordadas na entrevista, mas que pudessem ser aprofundadas e ressaltadas pelo professor pesquisado.

### **Estudos com foco no livro didático**

Com o objetivo de ampliar o repertório teórico do presente estudo e verificar a produção na área, além de selecionar referências bibliográficas para o mesmo, buscamos trabalhos produzidos sobre o Livro Didático que tivessem como foco os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No intuito de conhecer o que esses estudos e pesquisas, que têm o livro didático como tema principal discutem, realizamos uma busca nos sites do Scielo, Banco de Dissertações e Teses da CAPES e site de busca acadêmicos. Esse levantamento bibliográfico foi feito de forma integrada, considerando as palavras-chave: Livro Didático, ensino de Língua Portuguesa e prática docente, tanto no título quanto nos resumos dos trabalhos.

Encontramos seis trabalhos que abordam o tema a partir de diferentes perspectivas. São eles: O Livro Didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Mirim; Considerações sobre circulação e uso do livro didático de Língua Portuguesa na escola; O livro didático de língua portuguesa no Brasil; Livro Didático de Língua Portuguesa: dizeres dos professores; A constituição das interações em sala de aula e o uso do

livro didático: análise de uma prática de letramento no primeiro ciclo; e Discurso Pedagógico: um confronto entre a apostila e o Livro Didático de Língua Portuguesa.

Ao analisar os trabalhos, percebemos que o processo de seleção do LDP não foi abordado por nenhum dos estudos encontrados. Todos eles se voltam para uma discussão do Livro Didático, mas com abordagens diferenciadas, com olhares voltados para compreender o papel do livro didático no planejamento e na prática de ensino do professor e como esse sujeito considera/utiliza esse instrumento pedagógico para atender às necessidades e demandas com as quais se depara na sala de aula.

Tal ausência justifica e salienta a relevância do nosso trabalho, uma vez que os estudos encontrados que tratam do Livro Didático, na maioria das vezes, focam em questões que se voltam para a estrutura do material, a influência deste no processo ensino/aprendizagem, análise desse documento, entre outras abordagens. No entanto, não discutem a forma como o docente seleciona esse material ou os critérios considerados na seleção. É nesse sentido que este artigo se insere, com o intuito de realizar uma discussão que se propõe a compreender e problematizar como é feito o processo de seleção do Livro Didático pelo professor.

Tal problematização se reveste de importância, devido ao papel que o Livro Didático desempenha na cultura escolar e na própria sociedade. Conforme salienta Lajolo (1996), em algumas sociedades, assim como na brasileira, os Livros Didáticos e não didáticos, acabam sendo centrais no que se refere ao ensino de conhecimentos, principalmente aqueles conhecimentos que são tidos como responsabilidade da escola. A autora entende como Livro Didático aquele que “vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática.” (LAJOLO, 1996, p. 4). No entanto, para ser considerado didático, o livro precisa ser utilizado no processo ensino-aprendizagem de forma sistemática, consolidando um objetivo para determinado conteúdo e disciplina.

Para compreendermos um pouco mais sobre esse papel do Livro Didático na prática docente devemos considerar um conjunto de aspectos que englobam o político, econômico, social e cultural que se fazem necessários nas discussões que têm como foco esse material e o seu papel na prática docente.

O professor, segundo Bittencourt (2008) desde décadas passadas, com o nascimento de escolas públicas, sempre foi considerado um profissional com formação precária. Até mesmo os antigos mestres percebiam essa necessidade da melhoria do ensino escolar

brasileiro e, em busca de suprir as deficiências que existiam no campo educacional os próprios docentes pediam o fornecimento de Livros Didáticos. Esse fato pôde ser constatado pela primeira vez em um ofício enviado por um professor do ensino público do Paraná ao governo de São Paulo em 1844.

Assim, na constituição da cultura escolar no Brasil, o Livro Didático acaba tendo um espaço marcante que surge com o objetivo de instituir uma educação unificada e formal. Ou seja, os responsáveis pela gestão da escola pública o idealizam como um objeto a ser utilizado pelo docente, e que deve ser cumprido de acordo com a matriz curricular de cada escola, ou seja:

O livro didático independentemente da condição do professor, no transcorrer do século XIX, transformou-se em uma ferramenta de trabalho indispensável na sala de aula. Nos anos seguintes, o aperfeiçoamento técnico na fabricação do livro e a possibilidade de ser consumido por um número cada vez maior de alunos aliados à continuidade de uma precária formação do corpo docente fizeram do livro didático um dos símbolos da cultura escolar, um depositário privilegiado do saber a ser ensinado. (BITTENCOURT, 2008, p. 190).

Nesse contexto, a presença do LDP em sala de aula vem se consolidando cada vez mais, por proporcionar caminhos facilitadores que diminuem as deficiências de formação docente ao trazer conteúdos selecionados e resolvidos para serem trabalhados. Para muitos autores como Oliveira, “o livro passa muito mais a ser visto e utilizado como instrumento de gerência, do que como instrumento pedagógico e essa combinação parece conciliar os interesses mercadológicos de maior venda de livros com as limitações dos professores. [...] (OLIVEIRA *et al*, 1984, p. 73)”

Deste modo há discussões de que os professores, além de serem responsáveis pelo consumo do livro didático, também são os responsáveis por transformar esse material em um instrumento de aproveitamento para o ensino visando uma educação eficaz e que compreenda os objetivos estabelecidos na realidade vivenciada.

Todos esses fatores acabam por ampliar o espaço ocupado pelo livro nas práticas docentes, além de, em muitos casos ser o único material do qual os docentes e seus alunos fazem uso para discutir conteúdos científicos, podendo se constituir também, no primeiro livro com que os alunos têm contato, o que permite abrir um caminho para o hábito da leitura e do aprendizado.

Apesar de tais discussões, as leituras realizadas nos mostram que a condição em que o professor se encontra hoje nas escolas públicas brasileiras não está a seu favor. Quesitos mínimos como formação continuada, carga horária para planejamento, acesso a referenciais

bibliográficos, remuneração adequada, entre outros fatores, não estão sendo garantidos a ele. Nesse contexto de descaso para com a educação, inferimos que o Livro Didático acaba se transformando no principal material a que, tanto o docente quanto o aluno, têm acesso.

Diante de tal importância, consideramos relevante compreender como se dá o processo de escolha desse material que se faz presente na vida escolar dos alunos. Daí a necessidade de compreender esse material de várias formas, atentando-se para sua complexidade que abrange desde o processo de escolha do LDP pelo professor até a sua utilização como apoio da prática docente.

O que se percebe hoje é que o livro didático já está incorporado às práticas de ensino, pois, embora em nossa pesquisa bibliográfica, tenhamos encontrado trabalhos que tecem críticas sobre o Livro Didático enquanto documento ou enquanto material de ensino, não nos deparamos com pesquisas que censurem sua seleção. As críticas, geralmente, são voltadas para a necessidade de aperfeiçoar ou adaptar, de acordo com cada realidade vivenciada, os conteúdos propostos pelo material, mas nunca para sua exclusão.

### **O processo de Escolha do LDP**

Discorreremos neste tópico, sobre a descrição, análise e interpretação dos dados da pesquisa referentes ao processo de seleção do LDP que é realizado pelos professores. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas com quatro professoras, sendo duas da rede municipal e duas da rede estadual de ensino, que atuam em turmas de 4º e 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I. Por questões éticas e com a intenção de preservar a identidade das professoras, nos referenciaremos a elas com nomes fictícios, sendo eles: Carla, Arlete, Júlia e Vanda.

O primeiro dado que as entrevistas nos revelaram foi que todas as docentes possuem formação superior e também pós-graduação em nível de especialização. Carla se graduou em Letras, se especializou em ‘Leitura e Ensino’, e outras pós-graduações com focos diferentes, as quais não foram citadas por ela. Arlete se formou em Pedagogia e se especializou em ‘Alfabetização’. Júlia graduou-se em Letras - Língua Portuguesa e se especializou em ‘Gestão escolar’, ‘Robótica Educacional’ e atualmente faz a pós-graduação em ‘Psicopedagogia Institucional e Clínica’. Por fim, a professora Vanda se formou em Pedagogia e possui uma especialização em ‘Alfabetização’.



Na questão levantada sobre o tempo de atuação das professoras em sala de aula, percebemos que todas possuem mais de treze anos de atuação, sendo esse tempo, dividido entre sala de aula e parte administrativa, como coordenação pedagógica, cargo que já foi ocupado pelas professoras Arlete e a Vanda. Já as docentes Carla e Júlia possuem seu tempo de atuação somente em sala de aula, mas dividido entre escola pública municipal e escola particular.

Com o intuito de perceber o modo como o Livro Didático de Língua Portuguesa, adotados pelas instituições em que desenvolvemos nossa pesquisa é selecionado, indagamos às professoras como ocorre esse processo.

Todas as professoras entrevistadas relataram que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) realiza uma pré-seleção de Livros Didáticos e envia às escolas aqueles que considera mais adequados, de acordo com os quesitos considerados importantes por esse órgão. Feita essa seleção, o MEC manda uma pequena quantidade dos manuais didáticos para as instituições, as quais devem selecionar três LDPs, sendo necessário numerar entre primeira, segunda e terceira opção, pois na falta da primeira escolha, chega à escola a segunda, e assim sucessivamente.

Nas instituições estaduais, a escolha é feita por escola. Para isso, os professores se reúnem e selecionam o LDP que consideram mais adequado para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos. É o que percebemos quando a professora Arlete nos afirma que:

***Professora Arlete – 5º ano:** A gente analisa os livros que vêm pelas editoras, as editoras enviam no período de escolha do livro didático, a gente analisa aquele material tentando buscar um que está mais próximo da nossa realidade. Os professores sentam por escola para fazerem a escolha. Teve um ano que as escolas reuniram e foi o mesmo para todas, eu particularmente sou contra, porque igual uma cidade do tamanho de Catalão, eu já trabalhei em dois bairros totalmente diferente. A clientela é diferente. [...]*

Percebemos então uma preocupação por parte da professora em buscar um material próximo à realidade de cada escola, capaz de atender às necessidades e dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelo público que frequenta a escola em que atua. Mesmo quando não participa da seleção feita pela escola, caso da professora Vanda, que estava afastada do cargo por motivos de saúde, na época em que o livro foi escolhido, a professora acata a decisão tomada pelo corpo de professores.

Nas escolas municipais, é feita uma reunião da qual participam todos os professores e coordenadores da rede municipal, para chegarem a um consenso, de uma única escolha para todas as instituições municipais. É o que podemos perceber na fala da professora Júlia:

***Professora Júlia – 5º ano:** A escolha do livro didático é feita em conjunto com outros professores. As editoras mandam para as escolas, os professores folheiam os livros e dão suas opiniões, fazem uma reunião com os professores juntamente com os coordenadores para escolher o livro. Essa reunião é feita com todos os professores da rede municipal.*

As professoras Carla e Júlia, também do município relatam que a rede municipal optou pelo LDP “Aprender Juntos”, por considerar o material mais adequado para o público-alvo.

Notamos, portanto, que cada uma das escolas do estado pesquisada adota um livro diferente, inclusive uma delas, a da professora Arlete, adota o mesmo LDP das escolas municipais. Vale ressaltar que esta professora, que atua em uma escola estadual faz uso do mesmo LDP escolhido pela rede municipal, porque, conforme nos explicou, os LDPs que seriam adotados pela escola em 2016, foram escolhidos em 2015, já que em 2016 seria um ano de eleições, por isso, não há distribuição de livros pelo governo federal. Devido a esse fato, à época em que as entrevistas foram realizadas, especificamente dia 16 de fevereiro de 2016, o LDP que estava sendo utilizado era um, o Caderno Educacional, que inclusive não havia em número suficiente para todos os alunos, porque o que havia sido solicitado não havia chegado. Assim, o livro selecionado só chegou à escola quando o ano letivo já havia iniciado.

Ao serem indagadas sobre os critérios levados em consideração no processo de seleção do LDP que será adotado pela escola, as professoras do município explicaram que primeiramente, os livros são analisados por escolas em reunião conjunta dos professores. Em seguida a escolha é feita com toda a rede municipal de educação de acordo com uma minuciosa análise dos conteúdos, os quais são sempre comparados com o currículo escolar. Aquele que mais se assemelhar com o currículo proposto e trazer maior número de gêneros textuais é o selecionado pela maioria dos professores.

Os critérios de seleção da rede estadual de educação não se diferenciam da rede municipal, como pudemos perceber no relato das professoras. É o que podemos perceber no relato da professora Arlete:

**Professora Arlete – 5º ano:** *O meu primeiro critério são os conteúdos que devem atender às matrizes de habilidades. Depois vou para a qualidade de exercícios, quantidade dos mesmos e também as ilustrações. Na comparação com as matrizes curriculares consideramos a diversidade textual.*

A fala da professora Vanda corroborou o relato da professora Arlete. Nestas afirmações das professoras, o que podemos inferir é que o processo de Seleção do LDP, e os critérios utilizados para tal, demonstram uma relativa autonomia e visão crítica do professor, diante do livro. Isto porque, partindo-se do pressuposto que os LDPs apresentam conteúdos e atividades que serão vivenciados por alunos e professores, influenciando os conteúdos que serão abordados no ensino de língua materna, a análise dos manuais reveste-se de grande importância, pois, como discute Mendonça, “a adoção acrítica do LDP é um grave equívoco por parte do professor que deve ser autônomo para planejar e ministrar as aulas” (MENDONÇA, 2005, p. 114). Desse modo vemos no processo de seleção, que considera a necessidade do livro estar em consonância com as matrizes curriculares e com as orientações sobre a importância da diversidade de gêneros textuais no ensino da língua, evidências de uma autonomia relativa. Isso porque, de um lado os professores têm que relacionar as matrizes curriculares que são direcionadas pelos gestores da educação ao que é proposto pelos livros, evidenciando que, nesse aspecto é preciso uma leitura mais atenta do LDP por parte dos docentes. Por outro lado, os professores são também limitados em suas escolhas pelas matrizes curriculares que já chegam prontas à escola e têm que ser cumpridas durante o ano letivo.

Indagamos ainda aos docentes, com o intuito de perceber o grau de autonomia do professor e da escola em relação ao LDP que será adotado, se, caso fosse possível, escolheriam outro Livro Didático de Língua Portuguesa diferente do que foi adotado pelo conjunto de professores.

Perante as respostas das entrevistadas, percebemos que Arlete e Júlia alegam ter feito a melhor escolha entre aqueles LDPs que foram enviados pelo MEC às instituições. Arlete, por exemplo, afirma que:

**Professora Arlete – 5º ano:** *Aí eu vou te falar o seguinte... Como eu estou a um certo tempo na escola estadual, dos que vieram eu acho que fiz a melhor escolha. E assim eu buscaria mais coisas, às vezes eu traria cadernos complementares, umas atividades específicas,*

*porque o 5º ano já tem esse pedido de já estar estudando algo mais teórico. Por exemplo, se eu tivesse o que eu pedi eu não necessitaria de outro, eu trabalharia só com xérox e atividade complementar para completar o que não veio. Mas assim, no geral eu acho que o fato dele, não estar presente com a gente que é mais complicado. [...]*

A professora Júlia afirmou que fez a melhor escolha, uma vez que, dentre todas as opções que a escola recebera, o LDP ‘Aprender Juntos’, foi o que a maioria dos docentes do município selecionou por considerá-lo o mais adequado.

Já Carla e Vanda afirmaram que escolheriam sim outro Livro Didático de Língua Portuguesa. Carla justificou sua resposta alegando que:

**Professora Carla – 4º ano:** *Sim escolheria. Porque eu acho que ele atenderia melhor às nossas necessidades. A diferença do que eu queria com o que foi escolhido é diferença conteudista. Eu acredito que a criança que está em processo de alfabetização ou recém-saído dele, precisa dos conteúdos um pouco mais separados. Ela precisa entender a língua como um todo sim, mas ela precisa também de organizar o conhecimento dela, e uma das formas que eu vejo de organizar o conhecimento é que ela vá adquirindo por partes. [...] A maioria dos livros didáticos são gramatiqueros, a gente precisa trabalhar a gramática sim com essas crianças, mas esse não precisa de ser o foco. Assim eu acredito que o foco do ensino fundamental não é a gramática, mas ele precisa aprendê-la também, e já que ele tem que aprender, quando o livro didático traz a gramática mais separadinho é mais fácil pra criança. [...]*

A professora Vanda, que também nos afirmou que faria outra escolha de LDP, caso possível, nos apresentou como justificativa, principalmente, os textos que o livro adotado apresentava para o ensino de leitura. A docente optaria por um LDP em que os textos fossem mais atrativos e mais curtos, dessa forma ela acredita que o livro prenderia mais a atenção dos alunos.

Portanto, o que pudemos perceber nos relatos das professoras, é que existe uma autonomia relativa na seleção dos livros pelos professores visto que, o docente, apesar de possuir a ‘liberdade’ de escolha do LDP que considera mais adequado, recebe para analisar, os livros que foram pré-selecionados pelo MEC. Ou seja, o universo de livros à disposição do estabelecimento de ensino já vem reduzido e os professores ainda têm que optar por três

LDPs, para que um deles chegue à instituição. Portanto, o que ocorre é que a seleção dos livros é feita inicialmente pelo governo federal. Neste sentido, o docente acaba sendo tolhido e limitado no processo de escolha do material que usará na sua prática. Também é necessário salientar, que a seleção, como ressaltaram as professoras Vanda e Carla, nem sempre vai ao encontro do que as docentes gostariam para suas aulas, principalmente no que se refere ao conteúdo e aos textos selecionados pelo LDP.

### **Algumas considerações**

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que exigiu aprofundamento em estudos teóricos para análise do material coletado, bem como, gerou conhecimento sobre o processo de seleção do Livro Didático de Língua Portuguesa adotado pelas instituições pesquisadas, propiciando também o debate e a reflexão sobre a autonomia do professor na escolha do LDP que subsidiará sua prática de ensino.

O que se pôde compreender é que aos professores, tanto da rede municipal de educação quanto da rede estadual, é dada parcial liberdade de escolha do LDP, visto que é feita uma pré-seleção pelo Ministério da Educação e Cultura dos livros que chegam às escolas.

Por outro lado, os critérios utilizados para selecionar o melhor LDP na visão das docentes denotam relativa autonomia e análise crítica do professor diante do livro a ser adotado. Percebemos que todas elegem como principal critério, comparar os conteúdos propostos pelo material com a matriz curricular da instituição, se atentando para a quantidade de gêneros textuais que o material aborda. Desse modo a matriz curricular também funciona como uma limitadora da seleção uma vez que ela, normalmente, é construída por gestores que nem sempre ouvem os docentes no processo de sua construção.

Tal análise, como salienta Mendonça (2005), deve ser ressaltada na medida em que aponta a necessidade de que os professores, cada vez mais, sejam autônomos e críticos em suas escolhas do material didático, de modo que os LDPs constituam-se como auxiliares e não norteadores do processo de ensino aprendizagem. Além disso, compreendemos como Lajolo (1996) que o livro didático ainda desfruta de grande importância no cenário das escolas brasileiras, por isso a escolha e utilização dele precisa ser fundamentada na competência dos professores que, junto com os alunos, vão fazer dele instrumento para o processo de ensino/aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Ed. Porto Editora. Porto – Portugal, 1994.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** São Paulo, Parábola, 2005.
- BUNZEN, Clécio. **Dinâmicas discursivas na aula de Português: os usos dos livros didáticos e projetos didáticos autorais**. Campinas, SP: 2009.
- CAVEQUIA, Marcia Aparecida Paganini. **Livro Didático de Língua Portuguesa: dizeres dos professores**. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 20 de maio de 2015.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- LAJOLO, Marisa. **Livro Didático: um (quase) manual de usuário**. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996. <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2061/2030> . Acesso em: 06 de outubro de 2015.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **A Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MENDONÇA, Márcia Rodrigues de S. **Pontuação e Sentido: em busca da parceria**. In: DIONÍSIO, Ângela P.; BEZERRA, Maria A. O Livro didático de Português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- NUNES-MACEDO, Maria do Carmo Socorro Alencar; MORTIMER, Eduardo Fleury; e GREEN, Judith. **A constituição das interações em sala de aula e o uso do livro didático: análise de uma prática de letramento no primeiro ciclo**. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782004000100003&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100003&lang=pt). Acesso em: 20 de maio de 2015.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo e; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. São Paulo: Ed da universidade Estadual de Campinas, 1984.

OTA, Ivete Aparecida da Silva. **O livro didático de língua portuguesa no Brasil.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000300016&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300016&lang=pt) Acesso em: 5 de maio de 2015.

PINATI, Carolina Taciana. **Discurso Pedagógico: um confronto entre a apostila e o Livro Didático de Língua Portuguesa.** Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 17 de maio de 2015.

REIS, Andreia Rezende Garcia; MAGALHÃES, Tânia Guedes. **Considerações sobre circulação e uso do livro didático de Língua Portuguesa na escola.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2011/06/Fale-para-o-professor-Considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-o-LD-de-LP.pdf>. Acesso em: 19 de março de 2015.

TURA, Maria de L. R. **A observação do cotidiano escolar.** In: ZAGO, Nadir, CARVALHO, Marília Pinto de, VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro: DPA, 2003. p.183-206.

VERCEZE, Rosa Maria Aparecida Nechi; SILVINO, Eliziane França Moreira. **O Livro Didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Mirim.** Disponível em: [http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v11n3/010\\_rosa-338-347.pdf](http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v11n3/010_rosa-338-347.pdf). Acesso em: 19 de março de 2015.